

ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: CONVIVÊNCIA
FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Angelita Gonzalez

Monografia apresentada como exigência parcial do Curso de Especialização em
Psicologia Clínica – Ênfase em Saúde Comunitária sob orientação da
Prof^ª. Dr^ª. Débora Dalbosco Dell’Aglío

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Porto Alegre, março de 2011

Dedicatória

Dedico este trabalho que me proporcionou muita satisfação e emoções à toda minha família, extensa e nuclear. Aos meus amigos, que em alguns momentos não puderam contar com minha companhia. A todos os adolescentes em situação de acolhimento, em especial àqueles que puderam e aceitaram participar deste estudo, vocês são demais! Aprendi e sigo aprendendo em cada encontro.

Agradecimentos

Agradeço muito aos meus filhos, Ana Júlia e Douglas, pela paciência nos momentos de tensão. Ao meu marido Artur, também pela escuta pacienciosa e imparcial.

Agradeço a todo o grupo do NEPA, que possibilitaram meu crescimento e reforçaram meus interesses.

Agradeço em especial à Josiane e também à Profa. Débora, pela imensa paciência e extrema competência e profissionalismo.

Epígrafe

Muitas vezes basta ser

“() Muitas vezes basta ser:

 Colo que acolhe,
 Braço que envolve,
 Palavra que conforta,
 Silêncio que respeita,
 Alegria que contagia,
 Lágrima que corre,
 Olhar que acaricia,
 Desejo que sacia,
 Amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo,

 É o que dá sentido à vida.

 É o que faz com que ela

 Não seja nem curta,

 Nem longa demais,

 Mas que seja intensa,

 Verdadeira, pura...

 Enquanto durar”...

 Cora Coralina

SUMÁRIO

	Pág.
Resumo.....	7
Capítulo I	
Introdução	8
1.1 Adolescência em contexto de acolhimento institucional.....	9
1.2 Direito à convivência familiar e comunitária.....	12
1.3 A Nova Lei 12010/09	14
Capítulo II	
Método	17
2.1 Participantes	17
2.2 Instrumentos e Análise dos dados.....	17
2.3 Delineamento e Procedimentos	18
Capítulo III	
Resultados e Discussão.....	19
Capítulo IV	
Considerações Finais.....	24
Referências.....	26
Anexos	
Anexo A- Termo de Concordância da Instituição	31
Anexo B- Termo de Consentimento para Adolescentes.....	32
Anexo C- Questionário Sociodemográfico para Instituições.....	33
Anexo D- Questionário Juventude Brasileira.....	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Frequências e percentuais dos dados sociodemográficos dos participantes.....	p. 19
Tabela 2	Frequências e percentuais do perfil do contato familiar.....	p. 22

Resumo

A realidade de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional faz parte do contexto de muitas famílias brasileiras. A separação involuntária dos pais ou a exposição à violência, ao abuso e à exploração, dentro e fora do lar, além da carência de recursos materiais, também são situações que podem causar o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias. O último levantamento realizado no Brasil em 2004 revelou que 87% das crianças e adolescentes acolhidos tinham família, sendo que 58,2% mantinham vínculos familiares. O tempo de permanência nessas instituições superou dois anos em nível nacional ou regional. A Lei 12.010/09 preconiza que crianças e adolescentes tenham garantida a convivência com suas famílias de origem durante o período de acolhimento institucional e que esse tempo não ultrapasse dois anos. Diante disso, esse trabalho teve por objetivo verificar a prática da aplicabilidade da Lei 12.010/09 em algumas instituições de acolhimento, bem como identificar como está o convívio dos adolescentes com a família de origem. Participaram 91 adolescentes de 11 a 19 anos ($M=14,96$; $DP=1,47$). Para isso, utilizou-se um questionário que abordava as variáveis desse estudo e foi respondido individualmente pelos participantes junto aos pesquisadores. Os resultados evidenciaram um tempo de acolhimento institucional que variou de três semanas a 215 meses ($M=77,52$; $DP=58,36$) e que 80% dos participantes mantinham o contato familiar através de visitas que recebem (41,1%) ou que fazem (71,2%). Entre os que têm contato com familiares, este acontece na maioria das vezes com frequência quinzenal ou mensal, segundo o relato dos adolescentes. Apesar de mais otimistas em relação a estudos anteriores, esses resultados indicam que os pressupostos da Lei 12.010/09 ainda não estão sendo cumpridos, no que se refere ao tempo de acolhimento, sendo necessários esforços no sentido de garantir a efetivação dos direitos previstos para essas crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Adolescentes; Acolhimento institucional; Contato familiar.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Atualmente, a população mundial de jovens é representada por 1.2 bilhões de adolescentes na faixa etária entre 10 e 19 anos de idade. A grande maioria, cerca de 85% vive em países em desenvolvimento, sendo que, em muitas regiões, estes jovens compõem 1/3 da população (WHO, 2009). Na Avaliação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008, são referidos 50,2 milhões de jovens que vivem no Brasil e representam o percentual de 26% do total da população brasileira, onde, grande parte deles está exposta à pobreza e vulnerabilidades sociais (IBGE, 2009). Em uma pesquisa realizada junto a registros policiais, Weber, Viezzer, Brandenburg e Zocche (2002) verificaram que a maioria dos agressores de crianças e adolescentes são pessoas que fazem parte do vínculo familiar da vítima. Num total de 98,2% de agressores familiares, 54,1% foram mães, 15,3% pais, 14,4% pais e mães, 8,1% responsável legal, e 6,3% outro familiar.

Diante dessas questões, a realidade de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional tem integrado o contexto de muitas famílias brasileiras em condições de desfavorecimento socioeconômico (Arpini, 2003; Silva, 2004). Embora as vivências de acolhimento em instituições não seja exclusividade das classes desfavoráveis, a situação acaba atingindo mais este público, principalmente devido a questões econômicas (IBGE, 2009).

Com este cenário, é perceptível a representatividade de estudos e pesquisas mais recentes, que buscam conhecer como está sendo o desenvolvimento e qual é a percepção dessas crianças e adolescentes institucionalizados, quanto a si mesmos (Siqueira & Dell’Aglío, 2006; Pasian & Jacquemin, 1999), à instituição de abrigo (Dell’Aglío & Hutz, 2000), sua visão de família (De Antoni & Koller, 2000; Martins & Szymanski, 2004), eventos de vida (Wathier & Dell’Aglío, 2007) e envolvimento em brincadeiras lúdicas (Pasian & Jacquemin, 1999), por exemplo. Além disso, outros pesquisadores têm investigado e proposto programas de intervenção como possibilidade de promoção de qualidade de vida (Casas & Codina, 1998) e de saúde (Waiselfisz, 2004).

Para se compreender as peculiaridades do desenvolvimento dos adolescentes em instituições, é necessário considerar os estudos sobre essa etapa do ciclo vital, as condições de risco que alguns vivenciam, a instituição e respectivas leis vigentes.

1.1 Adolescência em contexto de acolhimento institucional

Adolescência é a etapa do ciclo vital que compreende a transição entre a infância e a idade adulta, definindo-se como o período entre 10 e 19 anos de idade (WHO, 2002), onde começa também o processo de amadurecimento psicológico e social que tem início na puberdade ou paralela a ela (Osório, 1992). Nesta etapa, o jovem experiencia grandes mudanças, adquire novas habilidades e enfrenta diversos desafios (Steinberg, 1999). A realidade da institucionalização pode ser um destes grandes momentos, ainda que deva ser considerada uma exceção em suas vidas.

A institucionalização de crianças e adolescentes, segundo Rizzini e Rizzini (2004), faz parte de uma longa realidade histórica do país. Por isso o fato continua eminente e provocando debates em prol de alternativas urgentes para essa situação. As autoras referem que na atualidade o tema apresenta maior conscientização da necessidade de focar a atenção para as causas dos problemas que têm levado à abrigagem de crianças e adolescentes e a eminência de buscar formas de apoiar e possibilitar a permanência destes junto às suas famílias e comunidades (Rizzini & Rizzini, 2004).

A situação de abrigamento no Brasil é historicamente relacionada com o atendimento à infância e adolescência, sendo que em diferentes épocas e contextos culturais, as sociedades se depararam com o desafio de pensar formas alternativas de cuidado às crianças e adolescentes (Negrão, 2002). O desenvolvimento dos abrigos, primeiramente surgiu com objetivos higienistas e correccionais. Após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, passa a figurar como uma medida de proteção provisória. A medida é aplicada a qualquer criança e adolescente, violados ou ameaçados em seus direitos básicos, pela ação ou omissão do estado, omissão ou abuso dos responsáveis, ou também em razão de sua própria conduta (Fernandes, Santos, & Gontijo, 2007). A proteção provisória é especialmente utilizada como forma de transição para uma posterior inserção de crianças e adolescentes em uma família substituta, sem implicar a privação da sua liberdade, ressaltam as autoras.

Ainda neste contexto, por diferentes razões, os pais biológicos não puderam cumprir com as atribuições relacionadas ao cuidado parental, como sustento, criação e educação (Negrão, 2002). Na contribuição de Rizzini, Rizzini, Naif e Baptista (2006), as autoras referem como causas principais do afastamento de crianças e adolescentes de

suas famílias, situações classificadas como violações de direitos da criança e do adolescente (ECA, 1990), caso da violência intra-familiar, como abuso físico, negligência, abuso sexual, entre outros. Porém, salientam as autoras, quando há possibilidades de superação desses problemas, frequentemente, a situação de pobreza, que se mantém, acaba sendo outro obstáculo à permanência de crianças e adolescentes junto aos seus (Rizzini, Rizzini, Naif, & Baptista, 2006). A separação involuntária dos pais ou a exposição à violência, ao abuso e à exploração, dentro e fora do lar, são situações frequentes no mundo todo (Cabral, 2004), porém de maneira mais peculiar no Brasil (IPEA, 2004). Estes fatos têm servido como justificativa para a longa permanência de crianças e adolescentes em instituições, sejam abertas ou fechadas, como os abrigos, orfanatos, internatos, hospitais e unidades psiquiátricas. Em razão dessas considerações foi aprovada a Lei 12.010/09.

O Levantamento Nacional de Abrigos Brasileiros para Crianças e Adolescentes de 2003, registrou cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivendo em 589 abrigos, sendo na maioria meninos entre as de 07 e 15 de idade, negros e pobres (Silva, 2004). Quanto ao tempo de permanência nas instituições, o período varia de sete meses a cinco anos para 55,2% deste público, concentrado numa parcela significativa de 32,9% que está nos abrigos no período entre dois e cinco anos, embora a medida de acolhimento seja estabelecida como excepcional e provisória. O principal motivo de abrigamento da população infanto-juvenil pesquisada é a carência de recursos materiais da família (24,1%), seguido do abandono pelos pais ou responsáveis (18,8%). Nesta mesma análise, 87% destas crianças e adolescentes abrigados têm família, sendo que 58% deles mantêm vínculo com seus familiares. Todavia, foi levantado também que o tempo de duração da institucionalização pode variar por um período de mais de 10 anos (Silva, 2004).

No levantamento realizado pela Promotoria da Infância e Juventude do Estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2006 e 2007 foi identificada a existência de 1204 crianças e adolescentes acolhidos em instituições. Estas distribuídas em 67 abrigos na região de Porto Alegre e região metropolitana, na maioria meninos, brancos, em situação de vulnerabilidade social e menos de 20% destas crianças e adolescentes recebiam visita da família (Gasparin, Luz, Souza, Perin, & Tejedás, 2007).

A literatura aponta que a institucionalização pode ser um constituinte tanto de risco (Carvalho, 2002) quanto de proteção (Arpini, 2003; Grusec & Lytton, 1988) para as crianças e adolescentes em situação de abrigamento. Quanto à manutenção e reforço de

vínculos, Altoé (1993) refere que muitas vezes, as vivências institucionais de crianças e adolescentes são experiências negativas. Pois desconsidera a individualidade destes sujeitos e impossibilita escolhas pessoais. A autora comenta também que as relações com os cuidadores são marcadas pela falta de carinho e diálogo. A maioria dos abrigos não oferece vivências de relações calorosas íntimas e contínuas com um cuidador, dada dificuldade da permanência de uma pessoa que desempenhe de forma regular e constante o papel de mãe e as freqüentes trocas de cuidadores e da administração das instituições (Altoé, 1993). A dolorosa realidade de crianças e adolescentes abrigados também é relatada por Weber e Kossobdudzki (1996), que atribuem o fato ao desaparecimento dos pais biológicos e os anos de institucionalização a espera da família de origem e/ou adotiva.

Ente as modalidades de abrigos que seguem as orientações do ECA (1990) no sul do país, estão os abrigos residenciais (ARs) vinculados ao governo do estado, e as casas lares, geralmente vinculadas a instituições não governamentais (ONGs). A primeira são casas que abrigam no máximo 15 crianças e adolescentes assistidas por monitores/educadores, e as casas lares são semelhante às ARs em relação ao tipo de acolhimento, porém são acompanhadas por uma mãe social (Albornoz, 1998).

Estudos contemporâneos têm enfatizado o apontamento de aspectos protetivos que um período de institucionalização pode proporcionar. Tais estudos partem da utilização de métodos de investigação científica diferenciados, como entrevistas e instrumentos psicológicos, considerando a perspectiva de crianças e jovens abrigados e de observações sistematizadas (Abaid, Dell’Aglío, & Koller, 2010; Siqueira & Dell’Aglío, 2006). Para complementar, têm sido utilizadas teorias que analisam mais adequadamente o contexto institucional, como a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (TBDH- Bronfenbrenner, 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998; Siqueira & Dell’Aglío, 2006). A TBDH considera a importância do contexto e dos processos desenvolvimentais ocorridos, tornando possível uma ênfase nas particularidades vivenciadas do desenvolvimento em lugar dos déficits encontrados no contexto de abrigamento, comparado a crianças e adolescentes que tem desenvolvimento em contextos culturalmente esperados (Carvalho, 2002).

No modelo bioecológico desta teoria, são rerepresentados quatro aspectos multidirecionais inter-relacionados, o que é designado como modelo PPCT: “*pessoa, processo, contexto e tempo*”. A abordagem ecológica desenvolvida por Bronfenbrenner (1979/ 1996) privilegia estudos em desenvolvimento de forma contextualizada e em

ambientes naturais, diferentemente de experiências em laboratório, visando apreender a realidade de forma abrangente, tal como é vivida e percebida pelo ser humano no contexto em que habita. Ainda, em posterior revisão do artigo, Bronfenbrenner e Morris (1998) definiram desenvolvimento como “o processo que se refere à estabilidade e mudanças nas características biopsicológicas dos seres humanos durante o curso de suas vidas e através de gerações”(p. 995).

Em relação ao prolongado tempo de institucionalização e o conseqüente afastamento da família, Bronfenbrenner (1979/1996) refere os danos causados ao desenvolvimento infantil em função dos efeitos imediatos da privação dos cuidados maternos após o sexto mês de vida, mesmo considerando a possibilidade de superação ou reparação das conseqüências em função de fatores, como a qualidade do cuidado institucional e o ambiente pós institucionalização, entre outros. A prolongada e a precoce experiência de institucionalização também podem trazer prejuízos graves ao desenvolvimento cognitivo dos indivíduos, afirmam Sigal, Perry, Rossignol e Ouimet (2003). Pois quanto menor a idade da criança institucionalizada, maior será a chance de vir a apresentar problemas cognitivos graves em seu desenvolvimento. Da mesma forma, quanto maior for o tempo passado em instituições que oferecem atendimento massificado e sem respeito às escolhas individuais, maior será a possibilidade de vir a sofrer os efeitos nocivos dessa experiência ao longo da vida, argumentam os mesmos autores.

1.2 Direito à convivência familiar e comunitária

A possibilidade da criança ou adolescente permanecer no meio a que pertence, preferencialmente junto à sua família e/ou com outros familiares, ou ainda na impossibilidade dessa ação, ser acolhida por outra família é entendida por convivência familiar e comunitária (Rizzini, Rizzini, Naif, & Baptista, 2006). Excepcionalmente, há casos em que há necessidade de afastamento provisório de seu meio, os quais, o acolhimento institucional é o único disponível e por vezes o mais indicado. Porém, é ressaltada a importância de qualquer que seja a forma de acolhimento possível, ser priorizada a reintegração ou inserção familiar da criança ou adolescente (Rizzi, Rizzini, Naif, & Baptista, 2006).

Lasch (1991) considera família como o principal agente da socialização, a qual reproduz padrões culturais como modos de pensar e atuar e transforma-os em hábitos.

Por isso, caracteriza-se como parte essencial na construção da saúde emocional de seus membros, tendo na proteção e o bem-estar destes, sua principal função (Minuchin, 1982; Osório, 1992). Para Winnicott (1965/2001) a família constitui-se em um centro formador da sociedade, do desenvolvimento individual e da maturidade emocional de cada indivíduo, configurando como o primeiro grupo que o ser humano pertence (Boarini, 2003).

Assim, de uma forma ou de outra, a família está em constante transformação e evolução a partir da relação recíproca de influências e trocas que estabelece com o contexto. Segundo Symanski (2002), as mudanças nas configurações familiares estão diretamente relacionadas ao avanço científico e tecnológico bem como às alterações vividas no contexto político, jurídico, econômico, cultural e social no qual a família está inserida. Historicamente, a família nuclear tem co-existido com diversas outras formas de organizações familiares – famílias monoparentais, chefiadas pela mulher ou pelo homem; descasadas; recasadas; com membros de diferentes gerações; casais homossexuais, entre outros (Symanski, 2002).

A instituição família vem passando por muitas transformações, tornando cada vez mais perceptível o impacto na estrutura e organização familiar e comunitária (Rizzini, 2002). Apesar dessas mudanças apresenta capacidade de sobrevivência e desadaptação, originando diferentes formas de composições e de padrões relacionais (Wagner, 2002). Assim, a concepção de família nuclear, que segue o modelo tradicional patriarcal, com mãe, pai e filhos, tem se ampliado com tentativas de inclusão e compreensão das diferentes relações entre seus membros (Osório, 2002).

Entre as formas de organização presentes na realidade de algumas famílias, autores como Amazonas, Damasceno, Terto e da Silva (2003), referem o arranjo familiar, o qual abrange os membros da família, consangüíneos ou não, que residam no mesmo domicílio. Esse arranjo também assumiu diferentes configurações, principalmente com o advento de uma nova idéia de família a partir da sanção da Lei 11.340/06 Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), que regula situações importantes para a sociedade brasileira, como o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo e garante aumentar a proteção aos novos arranjos familiares possibilitando sua plena participação na sociedade. Segundo (Bittar, 1989) o Direito de Família é uma das áreas que mais sofreu alterações na esfera jurídica, passando por reformas no tocante a reconhecimento de filhos, nas modalidades de união, no pátrio poder, nas formas de dissolução do casamento e a mais importante de todas elas: a ampliação dos laços

afetivos e suas repercussões nas relações jurídicas. No entanto, sabe-se que mais importante do que a configuração familiar é a dinâmica e a qualidade das relações dentro das famílias.

A realidade mostrada no Levantamento Nacional de Abrigos Brasileiros para Crianças e Adolescentes de 2004 (Silva, 2004) em relação às ações de incentivo à convivência desses com suas famílias de origem, registrou que a maioria dos programas realiza visitas das crianças e adolescentes aos seus lares e a minoria dos programas permite visitas livres dos familiares aos abrigos nacionais. Sendo que somente 31,2% das instituições realizavam as duas ações conjuntamente. Em relação às ações de não-desmembramento de grupos de irmãos, o levantamento mostrou que a maioria dos programas priorizava a manutenção ou a reconstituição dos grupos, adotando o modelo de “agrupamento vertical” possibilitando desta forma, o acolhimento de irmãos em diferentes idades. Contudo, apenas 27,8% do total dessas instituições que desenvolviam programas para atender às três ações. Quanto à reestruturação familiar, o levantamento apontou também que a maioria das instituições realizava atividades de visitas e acompanhamento social às famílias, mas somente a minoria que realizava reuniões ou grupos e encaminhava essas famílias para inserção em programas de proteção social (Silva, 2004). Além disso, apenas 14,1% das instituições pesquisadas realizavam todas as referidas ações em conjunto para apoiar na reestruturação das famílias. Em relação à convivência comunitária, apenas 6% das instituições pesquisadas utilizavam todos os serviços necessários disponíveis na comunidade, e a maioria dessas instituições, 80,3% ainda oferecia pelo menos um dos serviços exclusivamente dentro do abrigo (Silva, 2004).

1.3 Lei 12.010/09

A Lei nº 12.010, foi instaurada em 3 de Agosto do ano de 2009, nela consta disposição sobre a adoção, alterando as Leis nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei 8.560, de 29 de Dezembro de 1992, a qual revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 do Código civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho- (CLT), aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943; e dá outras providências (Brasil, 2010).

Após 19 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sofreu a sua primeira grande reforma, por intermédio da Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, a chamada “Lei Nacional de Adoção”. A Lei surge com a intenção de incorporar mecanismos capazes de assegurar sua efetiva implementação, estabelecendo regras destinadas, antes e acima de tudo, a *fortalecer e preservar a integridade da família de origem*, além de evitar ou abreviar ao máximo o abrigo de crianças e adolescentes (Digiácomo, s/d).

A Lei 12.010/09 promoveu alterações em 54 (cinquenta e quatro) artigos da Lei nº 8.069/90 do ECA estabelecendo inúmeras outras inovações legislativas (Digiácomo, s/d). Pode ser considerada mais do que uma “Lei Nacional de Adoção”, pois se constitui numa verdadeira “*Lei da Convivência Familiar*”, trazendo novo alento à sistemática instituída pela Lei nº 8.069/90/ECA para garantia do efetivo exercício deste direito por todas as crianças e adolescentes brasileiros, refere ainda o autor.

Segundo Rossato e Lépore (2010), a Lei 12.010/09 foi proposta principalmente devido a constatações contidas no Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC (Serviços de Ação Continuada)/Abrigos, do Ministério do Desenvolvimento Social e no Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência familiar e Comunitária, elaborado pelo CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e pelo CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social).

Na continuidade destas alterações, a nomenclatura de “abrigo” é substituída por “acolhimento institucional” onde crianças e adolescentes não poderão permanecer por mais de dois anos, “salvo comprovada necessidade (...)” (Art. 19). Sendo responsabilidade dos dirigentes das instituições de acolhimento, o envio de um relatório circunstanciado a cada seis meses, relatando a situação de cada criança e adolescente acolhidos pela instituição. Estas instituições de acolhimento serão avaliadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) a cada dois anos, considerando os índices de sucesso na reintegração familiar ou adaptação à família substituta e condicionando a estes resultados a renovação do registro institucional das mesmas. Além disso, os programas de acolhimento familiar também terão preferência ao acolhimento institucional devendo haver incentivo pelo poder público para tal prática (Abaid, Siqueira, & Dell’Aglia, no prelo).

Tendo em vista tais interações entre a legislação sobre a convivência familiar e o desenvolvimento de adolescentes em situação de acolhimento institucional, objetivou-

se, com esta monografia identificar a prática da aplicabilidade da Lei 12.010/09 em algumas instituições de acolhimento. Os objetivos específicos deste estudo foram: investigar o tempo total de permanência de adolescentes em situação de acolhimento de instituições na região de Porto Alegre, associando à aplicabilidade da Nova Lei Nacional de Adoção 12.010/09 nestes locais; verificar como estão as relações de convívio dos adolescentes em situação de acolhimento institucional com sua família de origem e comunidade a que pertence; e explorar a existência e manutenção de vínculos familiares e institucionais dos adolescentes desde a Lei 12.010/09.

CAPÍTULO II

MÉTODO

Este trabalho foi desenvolvido através de delineamento transversal, partindo de uma pesquisa mais ampla e longitudinal intitulada "Adolescência em Diferentes Contextos: Família e Institucionalização" o qual faz parte da principal linha de pesquisa da Prof^ª. Débora Dalbosco Dell’Aglío, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NEPA/ UFRGS).

3.1 Participantes

Participaram deste estudo 91 adolescentes, com idades entre 11 e 19 anos ($M=14,96$; $DP=1,47$), de ambos os sexos, sob proteção em instituições governamentais de acolhimento, municipais (Fundação de Assistência Social e Cidadania- FASC), estaduais (Fundação de Proteção Especial- FPE) e não-governamentais (ONGs conveniadas com a prefeitura de Porto Alegre e cidades vizinhas), que conseguiram compreender as questões solicitadas, conforme consta na pesquisa maior. Esses adolescentes encontram-se nessas instituições por situações de negligência, abandono, perda dos pais ou outros tipos de violência. Por motivos de proteção ao seu desenvolvimento, necessitam deste acolhimento. Dessa forma, a amostragem foi não probabilística.

3.2 Procedimentos e considerações éticas

O projeto maior desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS e aprovado sob o registro número 2009060. Uma vez que foi aprovado, solicitou-se o Termo de Concordância das Instituições governamentais e não governamentais (Anexo A), guardiãs dos adolescentes.

No decorrer do processo, os adolescentes institucionalizados com condições cognitivas para compreender as questões eram indicados pelos psicólogos das instituições ou, eventualmente, os assistentes sociais, e então eram convidados a participar do estudo, esclarecendo a voluntariedade da participação, garantia de sigilo das informações pessoais e possibilidade de desistência a qualquer momento, sem prejuízo para si. Os adolescentes que concordaram em participar do estudo também

assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B). A aplicação dos questionários foi feita de forma individual ou em pequenos grupos, respeitando o tempo e necessidades de cada participante.

Foi disponibilizada a assistência por parte da equipe de pesquisa, que está capacitada para este tipo de coleta de dados. A partir dos dados coletados, quando observadas situações de risco pessoal, foi realizado contato com o profissional responsável da instituição à qual o adolescente faz parte, com o conhecimento deste.

Os aspectos éticos que garantiram a integridade dos participantes foram assegurados de acordo com as legislações brasileiras, tendo como base a Resolução nº 196 do Ministério da Saúde, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e a Lei 12.010 (2009).

3.3 Instrumentos e análise dos dados

- Ficha de dados sociodemográficos dos participantes (nome, idade, sexo, escolaridade e história de abrigamento), específica para instituições de acolhimento de crianças e adolescentes (Anexo C).

- Questionário da Juventude Brasileira (Versão Fase II, Dell’Aglia, Koller, Cerqueira-Santos, & Colaço, 2009) (Anexo D): composto de 77 questões, sendo algumas de múltipla escolha, outras no formato verdadeiro/falso e também em formato Likert de cinco pontos sobre intensidade e frequência.

Para este estudo, foram utilizadas as questões referentes aos dados sociodemográficos dos participantes e também as questões que envolviam variáveis como: tempo de institucionalização, convivência familiar e comunitária e frequência desses contatos. Após aplicação dos questionários foi realizada uma análise de conteúdo das pessoas mencionadas como contato familiar (Bardin, 2002), para identificar dados quali e quantitativos sobre o convívio familiar e comunitário dos adolescentes. Também foram verificadas possíveis associações entre o tempo de institucionalização e variáveis sociodemográficas como número de irmãos e tipo de contato familiar.

CAPÍTULO III

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo investigou a prática da aplicabilidade da Lei 12.010/09 em algumas instituições de acolhimento através da aplicação de questionário e do levantamento de dados sociodemográficos dos adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Dados sociodemográficos dos participantes

Participaram deste estudo 91 adolescentes em situação de acolhimento institucional, com idades variando de 11 a 19 anos, e distribuídos em diferentes instituições: 23,1% municipais (FASC- Fundação de Assistência Social e Cidadania) 51,6% estaduais (FPE- Fundação de Proteção Especial) e 25,3% de Organizações Não Governamentais (ONGs conveniadas com a prefeitura de Porto Alegre e cidades vizinhas).

Tabela1

Frequências e percentuais dos dados sociodemográficos dos participantes (N=91)

Variável		f	%
Sexo	Masculino	40	44,0
	Feminino	51	56,0
Cor	Branca	24	26,4
	Negra	39	42,9
	Parda	25	27,5
	Amarela	1	1,10
	Indígena	2	2,20

Os dados apresentados demonstram que houve mudança no perfil dos adolescentes acolhidos em instituições, em relação a estudos regionais anteriores (Gasparin, Luz, Souza, Perin, & Tejedás, 2007) que indicavam a predominância de meninos, de cor branca. No estudo atual, a maioria da amostra é do sexo feminino, de cor negra e com média de idade de 15 anos.

Tempo de Institucionalização

Quanto ao tempo de permanência nas instituições, os adolescentes em situação de acolhimento participantes deste estudo (N=91), apresentaram um tempo de institucionalização que variou de três semanas a 215 meses (M=77,52; dp=58,37), ou seja, um período médio de seis anos e meio de institucionalização.

A Lei 12.010/09 preconiza um tempo máximo de 2 anos de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, exceto em necessidade que atenda ao seu superior interesse e fundamentada pela autoridade judiciária. Além disso, também institui uma reavaliação da situação de acolhimento para essas crianças e adolescentes no prazo máximo de seis meses (Brasil, 2009). Diante dessa realidade é perceptível que permanecem situações excepcionais, as quais não couberam a este estudo o aprofundamento, mas ainda fogem totalmente do que está previsto na Lei 12.010/09.

Os dados levantados nesta pesquisa apontam o longo tempo de institucionalização dos adolescentes como um indicador de fator de risco para o acolhimento institucional dos mesmos (Carvalho, 2002). Associado a essa situação, acontece um paralelo prolongamento do tempo de afastamento familiar, também considerado pelos pesquisadores (Bronfenbrenner, 1979/1976; Sigal, Perry, Rossignol, & Ouimet, 2003; Siqueira, & Dell’Aglío, 2006; Oliveira, & Milnitky-Sapiro, 2007; Siqueira, & Dell’Aglío, 2010; Siqueira, Zoltowski, Giordani, Otero, & Dell’Aglío, 2010), como responsável por causar prejuízos ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Constata-se assim, que uma das principais alterações reforçadas com a nova lei, a provisoriedade do acolhimento, não está sendo praticada nestes casos.

Os números levantados neste estudo se apresentam mais promissores em relação ao último registro a nível nacional (Levantamento Nacional de Abrigos Brasileiros para Crianças e Adolescentes) onde foi levantada a variação de um período de 10 anos na institucionalização de crianças e adolescentes (Silva, 2004). O mesmo decréscimo de tempo também se repete em estudos como o de Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007); Siqueira e Dell’Aglío (2010), que levantaram a média de tempo de institucionalização de dois anos e nove meses, encontrando jovens com até doze anos de afastamento da família. É importante salientar, que os participantes da maior parte dos estudos referidos são crianças e adolescentes, diferentemente do público do presente estudo. Pois o fato

dos participantes serem somente adolescentes tem como perfil a elevação da média do tempo de institucionalização dos mesmos.

Em estudo longitudinal com 127 crianças e adolescentes Abaid, Dell'Aglio e Koller (2010) observaram que o tempo de institucionalização variou de seis meses a treze anos, resultando na média de 3,67 anos no tempo de permanência deste público em instituições. Em outro estudo, com crianças e adolescentes que viviam em contexto de rua, foi verificado que tal vivência aumentou a probabilidade de mau ajustamento, ou seja, elevado número de sintomas físicos, ocorrência de comportamento suicida, uso de drogas, comportamento sexual de risco, afeto positivo e afeto negativo (Morais, Koller & Rafaelli, 2010).

Desta forma, pode-se considerar que a institucionalização precoce e prolongada de crianças e adolescentes é uma situação que ainda acontece nos dias de hoje, embora estudos mais recentes (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Siqueira & Dell'Aglio, 2010) estejam apontando uma significativa diminuição na média do tempo que os adolescentes permanecem em situação de acolhimento.

Contato Familiar

Em relação ao contato com a família, ou seja, a convivência familiar dos adolescentes acolhidos em instituições e participantes do estudo, os resultados revelaram que a maioria (Tabela 1) destes jovens mantêm contato com sua família nuclear ou extensa. Esse percentual pode ser considerado bastante positivo, visto que progrediu em relação a pesquisas anteriores (Silva, 2004). Em comparativo em nível nacional, pouco mais da metade (58%) dos abrigados do país, mantém vínculo com suas famílias, apesar da maioria desta população (87%), possuir família (Silvia, 2004).

Entre as formas de contatos mais utilizadas pelos participantes foram referidas as visitas, o uso do telefone (49,3%) e uso do "orkut" (12,3%). O contato (Tabela 2) acontece através da realização de visitas que fazem (57,1%) e também através de visitas que recebem (33,0%). Sendo que nesses percentuais, também estão incluídos os adolescentes que se beneficiam das duas situações, ou seja, fazem e recebem a visita de seus familiares. Na periodicidade das visitas realizadas e feitas pelos jovens, a mais freqüente é a visita mensal, seguida da quinzenal e também das visitas semanais. Enquanto que o tempo de visita que mais apareceu foi de 1 a 2 dias de duração para a maior parte dos adolescentes acolhidos nas instituições (55,9%).

Tabela 2
Frequências e percentuais do perfil do contato familiar (N=91)

<i>Variável</i>		<i>f</i>	<i>%</i>	<i>n</i>
Têm contato com a família	Sim	72	79,1	91
	Não	18	19,8	
	<i>Missing*</i>	1	1,1	
Tipo de visita**	<i>Recebe visita</i>	30	33,0	72
	<i>Faz visita</i>	52	57,1	
Periodicidade dos contatos	Mais de 1 vez semana	17	23,6	72
	Semanal	4	5,6	
	Quinzenal	19	26,4	
	Mensal	26	36,1	
	Raramente	4	5,6	
	<i>Missing*</i>	2	2,8	

Nota: * Dados não respondidos pelo participante

** Entre os que têm contato, alguns recebem e também fazem visitas

Como se pode ver na Tabela 2, levando em conta o índice de visitas recebidas pelos adolescentes acolhidos deste estudo, os valores atuais estão mais promissores do que o percentual encontrado no levantamento regional de 2006/2007 (Gasparin, Luz, Souza, Perin, & Tejedras, 2007), onde uma parcela pequena da população abrigada (20%) recebia visitas da família. Diante da pergunta sobre “com quem mantinha contato na família”, foram encontrados os seguintes resultados: a maioria (43,95%) referiu a mãe; seguido do contato com os irmãos (36,26%) e logo após, (27,47%) referiram o contato mantido com tias e tios e (14,28%) apontaram o pai como contato.

A convivência destes adolescentes é mais freqüente com os irmãos (45,6%) dentro das instituições, já que durante o período de acolhimento grande parte deles permanecem juntos. Esta configuração cumpre com as orientações do ECA (1990), amparado também pela Lei 12.010/09 (Brasil, 2009), que preconizam a não separação de irmãos no momento da institucionalização, buscando manter e reforçar o vínculo

familiar de crianças e adolescentes. O estudo de Gómez, Cifuentes e Ross (2010), com crianças e adolescentes institucionalizados, identificou um exemplo da importância desse vínculo com a família. A maioria dos participantes (85,7%) demonstra desejo de permanecer com sua família, e a relação entre irmãos foi considerada positiva em mais da metade dos casos (56%).

Embora a qualidade da convivência não tenha sido explorada neste estudo, não ficou bem clara a relação de convívio que os participantes mantêm com sua comunidade local. O afastamento do convívio familiar e a deficiência numa rede social de apoio, também são fatores que podem colaborar para crianças e adolescentes serem considerados em situação de risco (Tavares, 2001). A família como estrutura universal e onde ocorrem as primeiras experiências e relações sociais, ao mesmo tempo espaço de afeto, aconchego, mas também de conflitos e agressões (Cabral, 2004). Por isso, é na família que tem lugar a definição de papéis sociais e a socialização, ou seja, explica a autora, a transformação do ser biológico em um ser social.

Algumas pesquisas também referem os sentimentos de exclusão de crianças e adolescentes (Noal, & Neiva- Silva, 2007), representados pela situação de abandono e resultantes da perda desse convívio com suas famílias. Assim, a importância de medidas preventivas, como o caso da avaliação precoce de sintomas psicopatológicos, evitando o agravamento e piora de transtornos mentais entre os adolescentes institucionalizados são outras prioridades alertadas por Wathier e Dell'Aglio (2007).

Para finalizar, a questão do acolhimento de adolescentes e a convivência, que de direito, devem se manter com suas famílias e a comunidade é uma questão bastante difícil de ser articulada pelas instituições junto às famílias. O estudo de Azôr e Vectore (2008) a respeito da relação abrigo/família, aponta este aspecto como um dos maiores desafios da instituição. As autoras sugerem como fator favorecedor de um abrigamento de qualidade e conseqüente contribuição no desenvolvimento de crianças e adolescentes, que haja o reconhecimento das instituições de abrigamento, de que não podem substituir a família. Sugerem ainda que devem ser feitos investimentos no trabalho com essas famílias, possibilitando o desligamento mais rápido de crianças e adolescentes, sempre que possível (Azôr, & Vectore, 2008).

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 12010/09 (Brasil, 2009) reforça e aprimora itens já existentes e priorizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Este estudo procurou discutir a aplicabilidade real desta Lei, no que se refere ao tempo de permanência dos adolescentes nas instituições de acolhimento e a convivência destes com suas famílias.

O tempo médio de institucionalização de seis anos e meio, registrado neste estudo, é bastante elevado e fora do que preconiza a Lei 12.010/09. Em comparação com estudos anteriores, é possível constatar que esse tempo está diminuindo, mas muito lentamente. Este cenário reforça a necessidade de implementação de ações e programas realmente eficientes para dar conta dessa demanda, pois fica claro que um dos princípios mais importantes da Lei 12.010, que é a provisoriedade do acolhimento, ainda não está sendo cumprido integralmente na prática.

É importante salientar também, que apesar desse longo tempo de acolhimento nas instituições, os adolescentes participantes apresentaram uma melhora no grau de convivência familiar. As variáveis investigadas neste estudo indicam algumas diferenças no perfil desta população, levando em conta os levantamentos em nível nacional (Silva, 2004) e regional (Gasparin, Souza, Perin, & Tejedadas, 2007), que foram utilizados como referência para este trabalho. Porém, uma situação ainda preocupante e bastante comum, presente em levantamentos anteriores (Gasparin, Souza, Perin, & Tejedadas, 2007; Silva, 2004), é a pobreza e a vulnerabilidade social a que se encontravam expostos crianças e adolescentes antes de serem acolhidos. Este ainda é o principal motivo responsável pela maior parte das institucionalizações dessa população. Esse dado merece ser melhor investigado em estudos futuros, uma vez que não foi objetivo deste trabalho.

Sugere-se ainda, mais estudos aprofundados e longitudinais, objetivando investigar e explorar com mais propriedade o contexto das instituições de acolhimento com toda sua dinâmica de funcionamento. Observa-se a necessidade de que realmente a Lei 12010/09 seja praticada e proporcione para crianças e adolescentes, que estão no contexto institucional, o retorno para suas famílias.

Enquanto a reintegração familiar não é possível, a idéia do acolhimento como “alternativa provisória” para essa população poderia ser positiva. Já a possibilidade de retorno, necessita ser acompanhada por técnicos especializados que atuem junto ao judiciário, à instituição de acolhimento e à família. Caso não haja um trabalho interdisciplinar corre-se o risco de a aplicabilidade da lei transformar-se em mais uma violência no repertório de experiências desses adolescentes.

REFERÊNCIAS

- Abaid, J. L. W., Dell’Aglio, D. D., & Koller, S. H. (2010). Preditores de sintomas depressivos em crianças e adolescentes institucionalizados. *Universitas Psychologica*, 9(1), 199-212.
- Abaid, J. L. W., Siqueira, A. C., & Dell’Aglio, D. D. (no prelo). Implicações legais no acolhimento institucional: possibilidades e desafios numa perspectiva psicológica. In D. M. Arpini, & A. C. Siqueira (Eds.) *Famílias e Leis: Desafios à realidade brasileira*. Santa Maria: UFSM Editora, v. 1 (pp. 47-73).
- Albornoz, A. C. G. (1998). Os efeitos preventivos e curativos dos cuidados parentais substitutos com relação à doença mental graves: Fundamentando a práxis. *Alethéia*, n.7, v. 1, p. 27-33.
- Alves, Leonardo Barreto Moreira. O reconhecimento legal do conceito moderno de família: o art. 5º, II e parágrafo único, da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).
- Altoé, S. (1993). *De menor a presidiário: a trajetória inevitável*. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula.
- Amazonas, M. C. L. de A., Damasceno, P. R., Terto, L. de M. de S., & da Silva, R. R. da (2003). Refletindo sobre a nova e velha família. *Psicologia em Estudo*, (Maringá), 8(n.esp), 1-2.
- Arpini, D. M. (2003). *Violência e exclusão: Adolescência em grupos populares*. São Paulo: EDUSC.
- Azôr, A. M. G. & Vectore, C. (2008). Abrigar/desabrigar: Conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 25, 77-89.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70.
- Boarini, M.L. (2003). Refletindo sobre a nova e velha família. *Psicologia em Estudo* (Maringá), 8(n.esp.), 1-2.
- Brasil. Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009. Casa Civil. Retirado em 9 de março de 2010 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm, 2009.
- Brasil, Congresso Nacional. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil Brasileiro. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha.

- Bronfenbrenner, U. (2004). *Making human being human: Bioecological perspectives human development*. Thousand Oaks: Sage.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon (Series Ed.), & R. M. Lerner (Vol. Ed.), *Handbook of child psychology: Vol. 1. Theoretical models of human development* (pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cabral, C. (2004). *Acolhimento familiar- experiências e perspectivas*. Rio de Janeiro: Terra dos homens. Booklink.
- Carvalho, A. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios. In: Lordelo, E., Carvalho, A. & Koller, S.H. (Eds.), *Infância brasileira contextos de desenvolvimento* (vol. I, pp.19-44). São Paulo: Casa do psicólogo.
- Casas, F. & Codina, N. (1998). Infância, adolescência y ocio: Uma experiência comunitária afrontando la exclusión social. In: A. Martin (Ed.), *Psicologia comunitária: Fundamentos y aplicaciones* (pp.435-456). Madrid: Síntesis.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C. & Pontes, F. A. R. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: Discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Alethéia*, 25, 20-34.
- De Antoni, C., & Koller, S. H. (2000). Vulnerabilidade e resiliência familiar: Um estudo com adolescentes que sofreram maus-tratos intrafamiliares. *Psico*, 31, 39-66.
- Dell'Aglio, D. D. & Hutz, C. S. (2000). Eventos de vida de crianças e adolescentes institucionalizados. *Aletheia*, 12, 7-20.
- Digiácomo, M. J. (s/d). *Breves considerações sobre a nova "Lei Nacional de Adoção"*. Retirado de <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/id530.htm>
- Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990). *Diário Oficial da União. Lei nº 8069*, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.
- Fernandes, D. dos S., Santos, D. C. P., & Gontijo, D. T (2007). Percepções dos educadores sociais do cotidiano em um abrigo para crianças. *Estudos Goiânia*. 34(1/2), 71-84.

- Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2007). *Relatório da situação mundial da infância 2007*. acessado em março 11, 2007, disponível em <http://www.unicef.org.br/>
- Gasparin, C., da Luz, C.M., de Souza, F.R.S., Perin, S. D., & Tejedadas, S. da S. (2007). *Rede de Abrigos de Porto Alegre: um olhar sobre a realidade*. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça.
- Gómez, E., Cifuentes, B. & Ross, M.I. (2010). Previniendo el maltrato infantil: descripción psicossocial de usuarios de programas de intervención breve en Chile. *Universitas Psychologica*, 9 (3), 823-839.
- Grusec, J. E., & Lytton, H. (1988). *Social development: history, theory and research*. New York: Springer-Verlang.
- IBGE, 2009. Síntese de indicadores sociais- Uma análise das condições de vida da população brasileira. Retirado de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindic_sociais2009/indic_sociais2009.pdf em 2/03/2010.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2004). *Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC*. Brasília, DF. Retirado de <http://www.ipea.gov.br> em 20/02/2011
- Lasch, C., (1991). *Refúgio num mundo sem coração- A Família: santuário ou instituição sitiada?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Martins, E., & Szymanski, H. (2004). A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em Estudos com famílias. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 1(4), 66-77.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Morais, N. A. de, Koller, S.H., & Raffaelli, M. (2010). Eventos estressores e indicadores de ajustamento entre adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Brasil. *Universitas Psychologica*, 9 (3), 787-806.
- Negrão, A. M. M. (2002). *Infância, educação e direitos sociais: asilo de órfãos*. Campina: [s.n.].
- Noal, J. & Neiva-Silva, L. (2007). Adoção, adoção tardia e apadrinhamento afetivo: Intervenções em relação a crianças e adolescentes. In: HUTZ, C. S. (Org.). *Prevenção e Intervenção em situações de risco e vulnerabilidade* (pp. 04-48). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Oliveira, A. P. & Milnitky-Sapiro, C. (2007). Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: Abrigo e provisoriedade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27, 622-635.
- Osório, L. C. (2002). *Casais e famílias: Uma visão contemporânea*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Osório, L. C. (1992). *Adolescente hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pasian, S. & Jacquemin, A. (1999). O auto-retrato em crianças institucionalizadas. *Paidéia*, 9, 50-60.
- Rizzini, I., Rizzini, I., Naif, L. & Baptista, R. (2006). *Acolhendo crianças e adolescentes- experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Rizzini, I., Rizzini, I. (2004). A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUCRio, São Paulo: Loyola.
- Rizzini, I. (2002). Crianças, adolescentes e famílias: tendências e preocupações globais. *Interação em Psicologia*, 06, 45-47.
- Rossato, L. A. & Lépure, P. E. (2009). Comentários à Lei Nacional de Adoção – Lei 12.010 de 3 de agosto de 2009 Comentários à Lei Nacional da Adoção: Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1. p.192.
- Sigal, J., Perry, J. C., Rossignol, M. I., & Ouimet, M. C. (2003) Unwanted infants: psychological and physical consequences of inadequate orphanage care 50 years later. *American Journal of Orthopsychiatry*, 73, 3-12.
- Silva, E. R. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA.
- Siqueira, A. C. & Dell’Aglío, D. D. (2010) Crianças e adolescentes institucionalizados: Desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa. Colocar aqui volume e pagina*
- Siqueira, A. C., Zoltowski, A. P., Giordani, J., Otero, T. & Dell’Aglío, D. D. (2010) Processo de reinserção familiar: Estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 15, 07-15.
- Siqueira, A. & Dell’Aglío, D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18, 71-80.
- Steinberg, L. (1999). *Adolescence*. Boston: McGraw-Hill.
- Symanski, H. (2002). Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 71, 9-25.

- Tavares, J. (2001). *Resiliência e educação* (2a.ed.). São Paulo: Cortez.
- Wathier, J. L., & Dell'Aglio, D. D. (2007). Sintomas depressivos e eventos estressores em crianças e adolescentes no contexto de institucionalização. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 29, 305-314.
- Waiselfisz, J.J. (2004). *Mapa da Violência IV: Os jovens do Brasil*. Brasília: Unesco-Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos
- Weber, L. N., & Kossobdudzki, L. H. (1996). *Filhos da solidão*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná.
- Weber, L. N. D., Viezzer, A. P., Brandenburg, O. J., & Zocche, R. E. (2002) Famílias que maltratam: uma tentativa de socialização pela violência. *Psico-USF*, 7(2), 163-173.
- Winnicott, D. (2001). *A família e o desenvolvimento individual* (2ªed.) (M. B. Cipolla, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1965)
- World Health Organization (2002). *Broadening the horizon: Balancing protection and risk for adolescents*. Geneva. http://whqlibdoc.who.int/hq/2001/WHO_FCH_CAH_01.20.pdf
- World Health Organization (2009). *Quality assessment guidebook: a guide to assessing health services for adolescent clients*. Geneva. http://whqlibdoc.who.int/publications/2009/9789241598859_eng.pdf

ANEXO A
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – PPG PSICOLOGIA
TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO

À Direção da Instituição _____

Através de um Projeto de Pesquisa desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA/UFRGS) estamos investigando fatores de risco e proteção em adolescentes, abordando aspectos relacionados à educação, saúde, trabalho, comportamentos de risco, fatores de risco e fatores protetores sociais e pessoais. Para isso, o adolescente preencherá um questionário que abordará questões relacionadas à família, educação, saúde (incluindo sexualidade e drogas), humor, trabalho, lazer, violência, rede de apoio social, religiosidade, autoestima e autoeficácia.

A aplicação do questionário será realizada nas dependências físicas da instituição, com duração de aproximadamente 60 minutos, e será solicitada a concordância dos adolescentes e seus responsáveis na participação da pesquisa, sendo tomados todos os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações. Os participantes serão informados de que sua participação no estudo é voluntária e poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. Os adolescentes que concordarem também poderão participar da segunda etapa da pesquisa, que será realizada após um período de um ano, com uma reaplicação do questionário. A qualquer momento, tanto os participantes, como a instituição, poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a esse estudo. Os dados obtidos através da escala e do questionário serão guardados no Instituto de Psicologia da UFRGS e destruídos após o período de cinco anos.

Na eventualidade de detectarmos sinais de risco físico ou psicológico nos participantes do estudo, será feito contato com a instituição ou profissional responsável para o encaminhamento das observações. Haverá uma devolução dos resultados finais do estudo, de forma coletiva. A pesquisadora responsável pelo estudo é a Profa. Débora Dalbosco Dell’Aglio e a coleta de dados será realizada pelas mestrandas Cristina Benites Tronco e Juliana Burges Sbicigo.

Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através dos telefones 99831998 ou 33085253. Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, fone (51) 33085441, e-mail: cep-psico@ufrgs.br

Concordamos que os adolescentes participantes desta instituição participem desta pesquisa.

Assinatura do responsável pela Instituição

Data __/__/__

Assinatura da Pesquisadora do NEPA/UFRGS

Data __/__/__

ANEXO B- Termo de consentimento do adolescente**PESQUISA JUVENTUDE BRASILEIRA-CÓDIGO _____**

Eu, _____ fui informado(a) dos objetivos desta pesquisa de forma clara e detalhada e concordei em participar da mesma. Sei que terei liberdade de retirar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido já assinado em qualquer momento da pesquisa sem prejuízo algum para mim. No próximo ano, entendi que as pesquisadoras farão a segunda parte da pesquisa, com o objetivo de ver o que mudou na minha vida e desejo participar desta etapa. Para isso, forneci meus contatos.

Quem aplicou o questionário comigo foi _____ em ___/___/___

Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através dos telefones (51)33085253 (NEPA-UFRGS, deixar recado que entraremos em contato) ou _____. Ficamos à disposição também pelo e-mail: josianelieb@yahoo.com.br (doutoranda Josiane Abaid) ou nepa@ufrgs.br (Dr^a Débora Dell'Aglio, coordenadora geral da pesquisa).

ANEXO C

Questionário Sociodemográfico para Instituição
 UFRGS - INSTITUTO DE PSICOLOGIA – PPG PSICOLOGIA
QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA O CONTEXTO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

COLETA () I () II DATA: __/__/__	CÓDIGO DE PARTICIPANTE: _____
ABRIGO _____ APLICADOR: _____	
Eu, _____ fui informado(a) dos objetivos desta pesquisa de forma clara e detalhada e concordei em participar da mesma. Sei que terei liberdade de desistir de participar a qualquer momento da pesquisa sem prejuízo algum para mim.	
No próximo ano, entendi que as pesquisadoras farão a segunda parte da pesquisa, com o objetivo de ver o que mudou na minha vida e desejo participar desta etapa. Por favor, contatem-me da seguinte forma:	
Telefone fixo: () _____ Falar com _____	
Celular: () _____ Falar com _____	
E-mail: _____ MSN: _____	
Carta para o seguinte endereço: Rua: _____	
Nº _____ Bairro: _____ Cidade: _____	
Assinatura: _____	

Instrução: Leia atentamente e complete ou marque com um X quando solicitado.

A) Quantas vezes esteve em instituições?

- (1) Qual? _____ Idade ao entrar: _____ Por quanto tempo? _____
 (2) Qual? _____ Idade ao entrar: _____ Por quanto tempo? _____
 (3) Qual? _____ Idade ao entrar: _____ Por quanto tempo? _____
 (4) Qual? _____ Idade ao entrar: _____ Por quanto tempo? _____

Tempo total de institucionalização desde a primeira vez: _____ em () anos () meses

B) Número de irmãos: _____

Quantos irmãos estão nos seguintes locais? (entre parênteses o número de irmãos)

- 1- no mesmo abrigo em que estou ()
 2- em outra instituição () Qual? _____
 3- Com algum familiar ()
 4- Com pessoa sem ligação familiar ()
 5- outra opção. Qual? _____

D) Você mantém contato com a família de origem?

() não () sim. Com quem? _____

E) Como? () Visitas que faço () visitas que recebo () telefone () outro

SE SIM De quanto em quanto tempo você encontra sua família? Quanto tempo você fica com sua família antes de voltar para a instituição?

- | | |
|--------------------------------|-----------------------|
| () mais de uma vez por semana | () Um dia |
| () semanalmente | () Dois dias |
| () quinzenalmente | () Três dias |
| () mensalmente | () Mais de três dias |
| () raramente | () passa as férias |

SE NÃO Por que você não tem contato com a sua família?

Seus pais vivem/moram juntos? () Sim () Não

PAI:

- () Não conhece(u)
 () Conhece(u), mas não vê faz tempo
 () Conhece(u)
 () Falecido

MÃE:

- () Não conhece(u)
 () Conhece(u), mas não vê faz tempo
 () Conhece(u)
 () Falecida

ANEXO D

QUESTIONÁRIO JUVENTUDE BRASILEIRA

Código: _____ Data: ___/___/___ Essola: _____ Turma: _____

Bairro onde

mora: _____ Cidade: _____ Estado: _____

1. Sexo: a. () Masculino b. () Feminino

2. Idade: _____ anos

3. Data de nascimento: ___/___/_____

4. Cor:

a. () Branca

b. () Negra

c. () Parda

d. () Amarela

e. () Indígena

5. Estado civil:

a. () Solteiro

b. () Casado

c. () Mora junto

d. () Separado/divorciado

e. () Viúvo

f. () Outros: _____

6. Com quem você mora? (Marque mais de uma resposta se for o caso)

a. () Pai

b. () Mãe

c. () Padrasto

d. () Madrasta

e. () Irmãos

f. () Avô

g. () Avó

h. () Tios

i. () Pais adotivos

j. () Filho(s)

k. () Companheiro(a)

l. () Outros: _____

7. Quantas pessoas moram na sua casa incluindo você? _____

Quantos têm: até 5 anos _____

entre 6 e 14 anos _____

entre 15 e 24 anos _____

acima de 25 anos _____

8. Quem são as pessoas que mais contribuem para o sustento na sua casa?

- a. () Você mesmo
b. () Outros: Quem? _____

9. Qual o total da renda mensal familiar do seu domicílio? Em média R\$ _____ () não sabe

10. Marque na tabela quais os itens que você possui na sua casa e quantos:

		Sim	Não	Quantos?
a	Banheiro			
b	Quartos			
c	Aparelho de vídeo cassete ou dvd			
d	TV a cores			
e	Rádio/aparelho de som			
f	Máquina de lavar roupa			
g	Geladeira			
h	Computador			
i	Aspirador de pó			
j	Empregada (doméstica/mensalista)			

11. Você ou sua família recebe algum tipo de bolsa ou auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, etc.)?

- a. () Não b. () Sim. c. Que tipo? (Marque mais de uma resposta se for o caso)
- a.() Bolsa família
b.() Bolsa de estudo
c.() Pró-Jovem
d.() PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
e.() Outra _____

12. Qual é o grau de instrução de seu pai e da sua mãe? Marque com X:

		Pai	Mãe
a	Analfabeto		
b	Sabe ler, mas não foi à escola		
c	Fundamental incompleto (1º grau)		
d	Fundamental completo (1º grau)		
e	Médio incompleto (2º grau)		
f	Médio completo (2º grau)		
g	Superior incompleto (universitário)		
h	Superior completo (universitário)		
i	Pós-Graduação		
j	Não sei		

13. Sua escola é...?

- a. () Pública
b. () Particular

14. Em qual série/etapa/ano escolar você está? _____

15. Qual o turno em que você frequenta a escola?

- a. () Manhã
b. () Tarde
c. () Integral
d. () Noite

16. Você já foi reprovado?

- a. () Não
b. () Sim c. Quantas vezes? _____

17. Você já foi expulso de alguma escola?

a. Não

b. Sim

c. Quantas vezes? _____

d. Por quê? Brigas Faltas Outro: _____

18. Por favor, marque com X no número que corresponde a sua opinião sobre as seguintes afirmativas:

①Discordo totalmente

②Discordo um pouco

③Não concordo nem discordo

④Concordo um pouco

⑤Concordo totalmente

a	Eu me sinto bem quando estou na escola	① ② ③ ④ ⑤
b	Gosto de ir para a escola	① ② ③ ④ ⑤
c	Gosto da maioria dos meus professores	① ② ③ ④ ⑤
d	Quero continuar meus estudos nessa escola	① ② ③ ④ ⑤
e	Posso contar com meus professores	① ② ③ ④ ⑤
f	Posso contar com técnicos da escola (orientador, coordenador)	① ② ③ ④ ⑤
g	Confio nos colegas da escola	① ② ③ ④ ⑤

19. Marque com um X TODAS as opções a seguir que estão relacionadas com a sua situação de trabalho remunerado:

a	<input type="checkbox"/> Nunca trabalhei
b	<input type="checkbox"/> Já trabalhei mas não trabalho atualmente
c	<input type="checkbox"/> Estou trabalhando
d	<input type="checkbox"/> Estou procurando trabalho
e	<input type="checkbox"/> Não estou procurando trabalho
f	<input type="checkbox"/> Trabalho em comércio (em loja, mercados, etc.)
g	<input type="checkbox"/> Trabalho na rua (vendendo coisas, reciclagem, catação, engraxate, vigiando ou limpando carros)
h	<input type="checkbox"/> Trabalho em casa (cuidado de crianças, limpando, passando, etc)
i	<input type="checkbox"/> Trabalho na agricultura, pecuária ou pesca
j	<input type="checkbox"/> Trabalho na área administrativa (<i>office-boy</i> , secretária, informática, etc.)
k	<input type="checkbox"/> Trabalho em indústria/fábrica
l	<input type="checkbox"/> Trabalho em outros lugares: _____
m	<input type="checkbox"/> Trabalho com carteira assinada
n	<input type="checkbox"/> Não trabalho com carteira assinada

20. Você alguma vez já teve que parar de estudar para trabalhar?

a. Não

b. Sim.

21. Se você trabalha atualmente:

a. Qual a sua renda mensal média proveniente de seu trabalho atualmente? _____ reais

b. Quantas horas por dia você dedica ao trabalho? _____ horas

22. Você tem alguma doença crônica (diabetes, AIDS, câncer, insuficiência renal, outra)?

a. Não

b. Sim Qual? _____

23. Você tem algum problema mental/psicológico ou dos nervos?

a. Não

b. Sim c. Qual? _____

d. Você já procurou algum tipo de auxílio/tratamento? sim não

24. Você tem algum tipo de deficiência:

a. Não

b. Sim Visual Auditiva Física Outra Qual? _____

25. Qual o serviço de assistência à saúde você recorre? (pode marcar mais de um)

a. SUS – Sistema Único de Saúde

b. Plano de Saúde

c. Atendimento Particular

d. Outros

26. Com que frequência acessa o serviço de saúde?

a. Não tenho acesso aos serviços de saúde

b. De uma a três vezes por mês

c. Uma vez por mês

d. De 2 a 4 vezes a cada seis meses

e. Uma vez a cada seis meses

f. Uma vez ao ano

27. Você participa de alguma das atividades abaixo? (Marque mais de uma resposta se for o caso)

a. Grêmio estudantil ou diretório acadêmico

b. Grupo de escoteiros ou bandeirantes

c. Grupo ou movimentos religiosos

d. Grupos musicais (coral, bandas, etc.)

e. Grupo de dança, teatro ou arte

f. Grupos ou movimentos políticos

g. Grupo de trabalho voluntário

h. Equipe esportiva

28. Com relação à sua religião/doutrina/crença, você se considera: (Marque mais de uma se for o caso)

a. Não acredito em Deus (ateu)

b. Sem religião (mas acredito em Deus)

c. Católico

d. Protestante

e. Evangélica

f. Espírita

g. Umbandista

h. Candomblé

i. Outro _____

29. Por favor, marque com X no número que mais corresponde a sua opinião sobre as seguintes afirmativas:

nunca

sempre

① Nunca

② Quase

③ Às vezes

④ Quase

⑤ Sempre

a	A religião/espiritualidade tem sido importante para a minha vida	① ② ③ ④ ⑤
b	Costumo freqüentar encontros, cultos ou rituais religiosos	① ② ③ ④ ⑤
c	Costumo fazer orações no dia-a-dia	① ② ③ ④ ⑤
d	Costumo ler livros sagrados no dia-a-dia (Bíblia, Alcorão, etc.)	① ② ③ ④ ⑤

e	Costumo agradecer a Deus pelo que acontece comigo	① ② ③ ④ ⑤
f	Peço ajuda a Deus para resolver meus problemas	① ② ③ ④ ⑤
g	Costumo fazer orações quando estou em momentos difíceis	① ② ③ ④ ⑤
h	Busco ajuda da minha instituição religiosa (igreja, templo, etc.) quando estou em dificuldades	① ② ③ ④ ⑤
i	Sigo recomendações religiosas na minha vida diária	① ② ③ ④ ⑤

30. Agora vamos falar um pouco das suas relações com a família, especialmente entre você e seus pais (mãe, madrasta, pai, padrasto, ou outras pessoas que cuidam ou cuidaram de você). Ao responder estas questões, pense em diferentes momentos que a sua família passou e nas diferentes pessoas com quem você mora/morou.

- ①Discordo totalmente
②Discordo um pouco
③Não concordo nem

discordo

- ④Concordo um pouco
⑤Concordo totalmente

a	Costumamos conversar sobre problemas da nossa família	① ② ③ ④ ⑤
b	Meus pais raramente me criticam	① ② ③ ④ ⑤
c	Raramente ocorrem brigas na minha família	① ② ③ ④ ⑤
d	Quando estou com problemas, posso contar com a ajuda dos meus pais	① ② ③ ④ ⑤
e	Sinto que sou amado e tratado de forma especial pelos meus pais	① ② ③ ④ ⑤
f	Meus pais em geral sabem onde eu estou	① ② ③ ④ ⑤
g	Nunca sou humilhado por meus pais	① ② ③ ④ ⑤
h	Meus pais raramente brigam entre eles	① ② ③ ④ ⑤
i	Meus pais dão atenção ao que eu penso e ao que eu sinto	① ② ③ ④ ⑤
j	Meus pais conhecem meus amigos	① ② ③ ④ ⑤
k	Eu me sinto aceito pelos meus pais	① ② ③ ④ ⑤
l	Meus pais me ajudam quando eu preciso de dinheiro, comida ou roupa	① ② ③ ④ ⑤
m	Costumo conversar com meus pais sobre decisões que preciso tomar	① ② ③ ④ ⑤
n	Meus pais sabem com quem eu ando	① ② ③ ④ ⑤
o	Eu me sinto seguro com meus pais	① ② ③ ④ ⑤

31. Identifique situações que VOCÊ já viveu COM SUA FAMÍLIA, relacionadas aos eventos na coluna 1 e a seguir responda às questões:

Tipo de situação	A. Já aconteceu?	B. Em geral, com que frequência esta situação acontecia?	C. Em geral, o quão ruim foi para você esta situação?	D. Indique quem fez isto com mais frequência?
a) Ameaça ou humilhação	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> nunca <input type="checkbox"/> quase nunca <input type="checkbox"/> às vezes <input type="checkbox"/> quase sempre <input type="checkbox"/> sempre	<input type="checkbox"/> nada ruim <input type="checkbox"/> um pouco ruim <input type="checkbox"/> mais/menos ruim <input type="checkbox"/> muito ruim <input type="checkbox"/> horrível	A <input type="checkbox"/> mãe B <input type="checkbox"/> madrasta C <input type="checkbox"/> pai D <input type="checkbox"/> padrasto E <input type="checkbox"/> irmãos F <input type="checkbox"/> avós G <input type="checkbox"/> outros: _____
b) Soco ou surra	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> nunca <input type="checkbox"/> quase nunca <input type="checkbox"/> às vezes <input type="checkbox"/> quase sempre <input type="checkbox"/> sempre	<input type="checkbox"/> nada ruim <input type="checkbox"/> um pouco ruim <input type="checkbox"/> mais/menos ruim <input type="checkbox"/> muito ruim <input type="checkbox"/> horrível	A <input type="checkbox"/> mãe B <input type="checkbox"/> madrasta C <input type="checkbox"/> pai D <input type="checkbox"/> padrasto E <input type="checkbox"/> irmãos F <input type="checkbox"/> avós G <input type="checkbox"/> outros: _____
c) Agressão com objeto (madeira, cinto, fio, cigarro, etc.)	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> nunca <input type="checkbox"/> quase nunca <input type="checkbox"/> às vezes <input type="checkbox"/> quase sempre <input type="checkbox"/> sempre	<input type="checkbox"/> nada ruim <input type="checkbox"/> um pouco ruim <input type="checkbox"/> mais/menos ruim <input type="checkbox"/> muito ruim <input type="checkbox"/> horrível	A <input type="checkbox"/> mãe B <input type="checkbox"/> madrasta C <input type="checkbox"/> pai D <input type="checkbox"/> padrasto E <input type="checkbox"/> irmãos

				F <input type="checkbox"/> avós G <input type="checkbox"/> outros: _____
d) Mexeu no meu corpo contra a minha vontade	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> nunca <input type="checkbox"/> quase nunca <input type="checkbox"/> às vezes <input type="checkbox"/> quase sempre <input type="checkbox"/> sempre	<input type="checkbox"/> nada ruim <input type="checkbox"/> um pouco ruim <input type="checkbox"/> mais/menos ruim <input type="checkbox"/> muito ruim <input type="checkbox"/> horrível	A <input type="checkbox"/> mãe B <input type="checkbox"/> madrasta C <input type="checkbox"/> pai D <input type="checkbox"/> padrasto E <input type="checkbox"/> irmãos F <input type="checkbox"/> avós G <input type="checkbox"/> outros: _____
e) Relação sexual forçada	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> nunca <input type="checkbox"/> quase nunca <input type="checkbox"/> às vezes <input type="checkbox"/> quase sempre <input type="checkbox"/> sempre	<input type="checkbox"/> nada ruim <input type="checkbox"/> um pouco ruim <input type="checkbox"/> mais/menos ruim <input type="checkbox"/> muito ruim <input type="checkbox"/> horrível	A <input type="checkbox"/> mãe B <input type="checkbox"/> madrasta C <input type="checkbox"/> pai D <input type="checkbox"/> padrasto E <input type="checkbox"/> irmãos F <input type="checkbox"/> avós G <input type="checkbox"/> outros: _____

32. Você tem algum amigo próximo que usa drogas?

- a. () Não b. () Sim. () drogas lícitas (bebida alcoólica, cigarro)
() drogas ilícitas (*crack*, cocaína, cola, etc)

33. Você tem algum familiar que usa drogas?

- a. () Não b. () Sim. () drogas lícitas (bebida alcoólica, cigarro)
() drogas ilícitas (*crack*, cocaína, cola, etc)

34. Quanto a você, responda às questões abaixo:

	Tipo	Já experimentou ao menos uma vez na vida?	Que idade você tinha quando usou pela 1ª vez?
a	Bebida alcoólica	a. () Não b. () Sim	
b	Cigarro comum	a. () Não b. () Sim	
c	Maconha	a. () Não b. () Sim	
d	Cola, solventes, <i>thinner</i> , lança-perfume, acetona	a. () Não b. () Sim	
e	Cocaína	a. () Não b. () Sim	
f	<i>Crack</i>	a. () Não b. () Sim	
g	<i>Ecstasy</i>	a. () Não b. () Sim	
h	Remédio para emagrecer sem receita médica	a. () Não b. () Sim	
i	Anabolizante	a. () Não b. () Sim	
j	Remédio para “ficar doidão”	a. () Não b. () Sim	
k	Chá para “ficar doidão”	a. () Não b. () Sim	
l	Outra _____	a. () Não b. () Sim	

35. Se você nunca experimentou drogas pule para a questão 41. Se você já experimentou, responda qual foi a primeira droga que você usou?

36. Caso você já tenha experimentado alguma droga, responda às questões abaixo:

	Tipo	Usou no ÚLTIMO ANO?	Usou no ÚLTIMO MÊS? Marque com um X			
			Não usou no último mês	Usou menos de 1 vez por semana	Usou de 1 a 4 vezes/semana	Usou 5 ou mais vezes/semana
a	Bebida alcoólica	a. () Não b. () Sim				

b	Cigarro comum	a. () Não b. () Sim				
c	Maconha	a. () Não b. () Sim				
d	Cola, solventes, lança-perfume, <i>thinner</i> , acetona	a. () Não b. () Sim				
e	Cocaína	a. () Não b. () Sim				
f	<i>Crack</i>	a. () Não b. () Sim				
g	<i>Ecstasy</i>	a. () Não b. () Sim				
h	Remédio para emagrecer sem receita médica	a. () Não b. () Sim				
i	Anabolizante	a. () Não b. () Sim				
j	Remédio para “ficar doidão”	a. () Não b. () Sim				
k	Chá para “ficar doidão”	a. () Não b. () Sim				
l	Outra: _____	a. () Não b. () Sim				

37. Se você consome drogas, você o faz quando: (Marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. () Está sozinho
- b. () Está com amigos
- c. () Está com algum familiar
- d. () Está com o(a) namorado(a)
- e. () Outros. Quem? _____

38. Você já **pensou** em parar de usar alguma droga?

- a. () Não (pule para a questão 41)
- b. () Sim

39. Já **tentou** (de fato) parar de usar alguma substância?

- a. () Nunca tentei parar, pois nunca usei nenhuma substância regularmente
- b. () Nunca tentei parar, apesar de usar ou já ter usado regularmente alguma substância
- c. () Sim, já tentei parar (então preencha a tabela abaixo)

	A – Tentou parar	B – Conseguiu parar de usar
1. Álcool	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
2. Tabaco	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
3. Solventes	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
4. Maconha	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
5. Cocaína	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
6. <i>Crack</i>	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
7. Outra: _____	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou

40. Se você já tentou parar de usar drogas, alguém ajudou você nesta tentativa? (Marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. () Tentei sozinho

- b. () Tentei com um amigo/grupo de amigos
 c. () Alguém da igreja
 d. () Alguém de escola
 e. () Alguém do hospital, posto de saúde ou comunidade terapêutica
 f. () Alguém da família
 g. () Outros _____

41. Onde você obtém informações sobre sexo? Marque com um X no número que correspondente a frequência:

- ① Nunca
 ② Quase nunca
 ③ Às vezes
 ④ Quase sempre
 ⑤ Sempre

a	Família	① ② ③ ④ ⑤
b	Amigos	① ② ③ ④ ⑤
c	Escola (professores, funcionários, coordenadores diretores, etc.)	① ② ③ ④ ⑤
d	Líderes religiosos (padre, pastor, pai de santo, etc.)	① ② ③ ④ ⑤
e	Organização não governamental (ONG)	① ② ③ ④ ⑤
f	Televisão	① ② ③ ④ ⑤
g	Internet	① ② ③ ④ ⑤
h	Rádio	① ② ③ ④ ⑤
i	Jornal, revista ou livro	① ② ③ ④ ⑤

42. Você já teve relações sexuais (transou) alguma vez?

- a. () Não (pule para a questão 62)
 b. () Sim
 c. Quantos anos você tinha “na primeira vez”? _____ anos
 d. Quantos anos o(a) parceiro(a) tinha? _____ anos () Não sei
 e. Com quem foi? () Namorado(a) () Vizinho(a) () Parente. Qual? _____
 () Outro _____
 f. A primeira relação sexual () foi desejada () foi forçada

43. Você já transou com:

- a. () Meninas/mulheres
 b. () Meninos/homens
 c. () Ambos sexos

44. NO ÚLTIMO ANO, nas suas transas, você teve: (Marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. () Parceiro(a) FIXO(a) [namorado(a), companheiro(a), esposa/marido]
 Quantos ___namorado(a) ___companheiro(a) ___esposa/marido
 b. () Parceiro(a) NÃO-FIXO(a) Quantos(as): _____

45. NO ÚLTIMO ANO, com que frequência você ou seu parceiro usou camisinha?

- a. () Nunca
 b. () Poucas vezes
 c. () Muitas vezes, mas não em todas
 d. () Sempre (pule para a questão 47)

46. NO ÚLTIMO ANO, nas vezes em que você NÃO USOU camisinha, por que motivo você não usou? (Marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. () Não tinha camisinha
 b. () Não tinha dinheiro para comprar
 c. () Não gosto

- d. () Camisinha machuca/incomoda
- e. () Não acho que seja importante
- f. () Não lembrei de colocar
- g. () Estava sob efeito de álcool
- h. () Estava sob efeito de drogas
- i. () Meu parceiro(a) não aceita
- j. () Porque confio no meu parceiro(a)
- k. () Porque usa anticoncepcional (pílula)
- l. () Outro motivo: _____

47. NO ÚLTIMO ANO, nas vezes em que você USOU camisinha, por que motivo você usou?
(Marque mais de 1 se for o caso)

- a. () Para evitar doenças
- b. () Para evitar AIDS
- c. () Para evitar gravidez
- d. () Porque o (a) parceiro (a) exigiu
- e. () Porque é importante usar
- f. () Porque dizem que é bom usar
- g. () Porque é mais limpo (higiene)
- h. () Não sei
- i. () Outros: _____

48. Atualmente, você possui algum parceiro FIXO [namorado(a), companheiro(a), esposa/marido]:

- a. () Não
- b. () Sim

49. Na última vez que você transou, você ou seu parceiro(a) usou camisinha?

Com parceiro FIXO (namorado(a), companheiro(a), esposa/marido) Com parceiros NÃO-FIXOS

- | | |
|-------------------|-------------------|
| a. () Não | a. () Não |
| b. () Sim | b. () Sim |
| c. () Não lembra | c. () Não lembra |

50. No ÚLTIMO MÊS, você carregou camisinha com você alguma vez?

- a. () Não

b. () Sim Quantos dias você carregou camisinha com você? _____

51. Onde você costuma pegar camisinha? (Marque mais de 1 se for o caso)

- a. () Não costumo pegar camisinha
- b. () Busco/recebo na Rede/SUS
- c. () Compro na farmácia/supermercado
- d. () Compro de vendedores ambulantes
- e. () Busco/recebo em instituições ou ONGs
- g. () Ganho de conhecidos ou amigos
- h. () Troco por objetos/favores

52. Você já teve alguma Doença Sexualmente Transmissível/DST (doença que se pega através de sexo e pode gerar corrimento, coceira, ardência ou feridas nos órgãos sexuais)?

- a. () Não
- b. () Sim Quantas vezes? _____ Quais doenças? _____
- c. () Não sabe

53. Alguma vez você já fez sexo em troca de dinheiro, favores ou vantagens?

a. Não (pule para questão 54)

b. Sim

Em geral, com que frequência você faz/fazia sexo em troca de dinheiro, favor ou vantagem?(Resposta única)

___ vezes por semana

___ vezes por mês

___ vezes por ano

___ vezes na vida

54. Nas vezes em que você fez sexo por dinheiro, favor ou vantagem, com que frequência você usou camisinha?

a. Nunca

b. Poucas vezes

c. Muitas vezes, mas não em todas

d. Sempre

55. Você usa algum método para evitar gravidez?

a. Não

b. Sim Quais? Marque mais de uma resposta se precisar.

a. Camisinha

b. Coito interrompido (interromper a transa antes do orgasmo masculino)

c. Pílula anticoncepcional

d. Injeção/implante/adesivo

e. Tabela / ritmo / calendário

f. DIU

g. Outro: _____

56. Onde você/sua parceira costuma obter anticoncepcionais? (Marque mais de 1 se for o caso)

a. Não costumo obter anticoncepcionais

b. Busca/recebe na Rede/SUS

c. Compra na farmácia

d. Compra de vendedores ambulantes

e. Busca/recebe em instituições para meninos(as) em situação de rua

f. Busca/recebe em ONG

g. Ganha de conhecidos

h. Troca por objetos/favores

i. Outros: _____

j. Não sabe

57. Você já engravidou alguém/esteve grávida?

a. Não (pule para a questão 61)

b. Sim c. Quantas vezes? _____

d. Que idade tinha quando engravidou/ficou grávida na primeira vez? _____

e. A sua gravidez foi desejada? a. Não b. Sim

f. Quantos filhos(as) vivos(as) você tem? _____

g. Com quantas pessoas você já teve filho? _____

58. Alguma das situações abaixo ocorreu com você em consequência da PRIMEIRA gravidez? (+ de 1 resposta)

a. Interrompeu os estudos

b. Casou ou foi morar junto com o pai/mãe da criança

c. Precisou começar a trabalhar

d. Precisou parar de trabalhar

e. Família não aceitou a gravidez

- f. () Família ou parceiro(a) sugeriu fazer aborto
 g. () Parou de fumar
 h. () Parou de usar drogas
 i. () Não precisou mais ter que cuidar dos irmãos menores
 j. () Passou a ser mais respeitada(o) dentro de casa
 l. () Terminou o namoro/relação

59. Durante a ÚLTIMA gravidez, você/sua parceira fizeram algum exame médico para acompanhar a gravidez?

- a. () Não
 b. () Sim Quantas vezes? _____
 c. () Não sabe

60. Com quem moram seus filhos hoje? (Marque mais de uma resposta se for o caso) (Escreva o número de filhos)

- a. () Com ambos os pais _____
 b. () Apenas comigo _____
 c. () Apenas com o pai/mãe _____
 d. () Avós paternos _____
 e. () Avós maternos _____
 f. () Outro parente _____
 g. () Abrigos _____
 h. () Família adotiva _____
 i. () Na rua _____
 j. () Não sei _____

61. Você/sua parceira já teve algum aborto?

- a. () Não sabe
 b. () Não
 c. () Sim Quantas vezes? _____ Natural _____ Provocado

62. Identifique situações que você já viveu FORA DE CASA, na coluna 1 e a seguir responda às questões:

Tipo de situação	A. Já aconteceu?	B. Em geral, com que frequência esta situação acontecia?	C. Em geral, o quão ruim foi para você esta situação?	D. Indique quem fez isto com mais frequência?
a) Ameaça ou humilhação	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① nunca ② quase nunca ③ às vezes ④ quase sempre ⑤ sempre	① nada ruim ② um pouco ruim ③ mais/menos ruim ④ muito ruim ⑤ horrível	A <input type="checkbox"/> amigos B <input type="checkbox"/> colegas de escola C <input type="checkbox"/> vizinhos D <input type="checkbox"/> professores/monitores E <input type="checkbox"/> policiais F <input type="checkbox"/> desconhecidos G <input type="checkbox"/> outros: _____
b) Soco ou surra	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① nunca ② quase nunca ③ às vezes ④ quase sempre ⑤ sempre	① nada ruim ② um pouco ruim ③ mais/menos ruim ④ muito ruim ⑤ horrível	A <input type="checkbox"/> amigos B <input type="checkbox"/> colegas de escola C <input type="checkbox"/> vizinhos D <input type="checkbox"/> professores/monitores E <input type="checkbox"/> policiais F <input type="checkbox"/> desconhecidos G <input type="checkbox"/> outros: _____
c) Agressão com objeto (madeira, cinto, fio, cigarro, etc.)	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① nunca ② quase nunca ③ às vezes ④ quase sempre ⑤ sempre	① nada ruim ② um pouco ruim ③ mais/menos ruim ④ muito ruim ⑤ horrível	A <input type="checkbox"/> amigos B <input type="checkbox"/> colegas de escola C <input type="checkbox"/> vizinhos D <input type="checkbox"/> professores/monitores E <input type="checkbox"/> policiais F <input type="checkbox"/> desconhecidos G <input type="checkbox"/> outros: _____

d) Mexeu no meu corpo contra a minha vontade	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① nunca ② quase nunca ③ às vezes ④ quase sempre ⑤ sempre	① nada ruim ② um pouco ruim ③ mais/menos ruim ④ muito ruim ⑤ horrível	A <input type="checkbox"/> amigos B <input type="checkbox"/> colegas de escola C <input type="checkbox"/> vizinhos D <input type="checkbox"/> professores/monitores E <input type="checkbox"/> policiais F <input type="checkbox"/> desconhecidos G <input type="checkbox"/> outros:
e) Relação sexual forçada	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① nunca ② quase nunca ③ às vezes ④ quase sempre ⑤ sempre	① nada ruim ② um pouco ruim ③ mais/menos ruim ④ muito ruim ⑤ horrível	A <input type="checkbox"/> amigos B <input type="checkbox"/> colegas de escola C <input type="checkbox"/> vizinhos D <input type="checkbox"/> professores/monitores E <input type="checkbox"/> policiais F <input type="checkbox"/> desconhecidos G <input type="checkbox"/> outros:

63. Dentre os eventos abaixo, indique quais os que já aconteceram em sua vida, e escolha o número que mais representa o quão ruim foi esta situação para você:

Ruim	① Nada
Pouco Ruim	② Um
ou Menos	③ Mais
Ruim	④ Muito
Horrível	⑤

	A - Já aconteceu?	B – O quão ruim foi?
a) O nível econômico da minha família baixou de uma hora para outra	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
b) Alguém em minha casa está desempregado	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
c) Meus pais se separaram	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
d) Já estive internado em instituição (abrigo, orfanato)	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
e) Já fugi de casa	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
f) Já morei na rua	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
g) Já dormi na rua	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
h) Já trabalhei na rua	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
i.) Alguém da minha família está ou esteve preso	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
j) Sofri algum acidente grave	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
l) Alguém muito importante pra mim faleceu	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
m) Já passei fome	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
n) Meu pai/mãe casou de novo	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
o) Meu pai/minha mãe teve filho com outros parceiros	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
p) Já fui assaltado(a)	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
q) Já cumpri medida socio-educativa sem privação de liberdade	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
r) Já estive privado de liberdade (Instituição fechada)	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
s) Já fui levado para o Conselho Tutelar	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
t) Já tive problemas com a justiça	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
u) Já tive problemas com a polícia	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤

64. Em algum momento da sua vida você já se envolveu em situações ilegais como as citadas abaixo? Marque todas que já aconteceram:

- a. () Envolvimento em brigas com agressão física/violência contra pessoas
- b. () Destruição de propriedade
- c. () Envolvimento em pichação
- d. () Assaltou alguém

- e. () Roubou algo
 e. () Vendeu drogas
 f. () Outra. Qual? _____

65. Ao longo da vida, soffro ou soffri preconceito:

- ① Nunca
 ② Quase nunca
 ③ Às vezes
 ④ Quase sempre
 ⑤ Sempre

a) Por morar onde moro (bairro, favela)	① ② ③ ④ ⑤
b) Pelo fato de ser homem ou ser mulher	① ② ③ ④ ⑤
c) Pela cor da minha pele	① ② ③ ④ ⑤
d) Por estudar em uma determinada escola	① ② ③ ④ ⑤
e) Por causa do trabalho dos meus pais	① ② ③ ④ ⑤
f) Por causa do meu nível socioeconômico	① ② ③ ④ ⑤
g) Por causa da minha religião	① ② ③ ④ ⑤
h) Por causa da minha aparência física	① ② ③ ④ ⑤
i) Por ser deficiente	① ② ③ ④ ⑤
j) Pelas minhas escolhas sexuais	① ② ③ ④ ⑤
l) Por ter a idade que eu tenho	① ② ③ ④ ⑤
m) Por causa do meu trabalho	① ② ③ ④ ⑤

66. Você já pensou em se matar?

- a. () Não (pule para a questão 69)
 b. () Sim Quantas vezes: _____

67. Você já tentou se matar?

- a. () Não
 b. () Sim Quantas vezes: _____
 c. Quantos anos você tinha quando tentou se matar pela primeira vez? _____
 d. Quando você tentou se matar, como foi que você fez? (Marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. () Com faca, tesoura, canivete a1. Quantas vezes: _____

 b. () Com revólver b1. Quantas vezes: _____

 c. () Enforcado c1. Quantas vezes: _____
 d. () Com remédios, venenos d1. Quantas vezes: _____
 e. () Atropelamento e1. Quantas vezes: _____
 f. () Queda provocada (viadutos, edifícios,...) f1. Quantas vezes: _____

 g. () Com fogo g1. Quantas vezes: _____
 h. () Outro: _____ h1. Quantas vezes: _____

68. Marque com um X no número correspondente à sua opinião sobre as seguintes afirmações:

- ① Nunca
 ② Quase nunca
 ③ Às vezes
 ④ Quase

sempre

- ⑤ Sempre

a	Eu sinto que pertenço a minha comunidade/bairro	① ② ③ ④ ⑤
b	Eu posso confiar nas pessoas da minha comunidade/bairro	① ② ③ ④ ⑤

c	Eu me sinto seguro na minha comunidade/bairro	① ② ③ ④ ⑤
d	Eu posso contar com meus vizinhos quando preciso deles	① ② ③ ④ ⑤
e	Eu posso contar com alguma organização/instituição comunitária quando preciso	① ② ③ ④ ⑤
f	Minha comunidade tem melhorado nos últimos cinco anos	① ② ③ ④ ⑤

69. O que você costuma fazer quando não está estudando ou trabalhando? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Praticar esportes
- b. Jogar/brincar
- c. Passear
- d. Assistir TV
- e. Ouvir ou tocar música
- f. Desenhar/pintar/artesanato
- g. Namorar
- i. Descansar
- j. Navegar na Internet
- k. Ir a festas
- l. Cinema ou teatro
- m. Ler livros, revistas ou quadrinhos
- n. Outros _____

70. Você tem (marque todos que se referem a sua situação):

- a. Celular pré-pago
- b. Celular de conta (pós-pago)
- c. Acesso a televisão com canais abertos
- d. Acesso à televisão por assinatura
- e. Acesso à internet. f. Se você tem internet, você acessa a partir de:
 - a. Casa
 - b. Escola
 - c. *Lan House, Cybercafé*
 - d. Trabalho
 - e. Outro local. Qual ?

71. Com que frequência você utiliza a Internet:

- a. não utilizo
- b. uma ou duas vezes por mês
- c. apenas aos finais de semana
- d. de um a dois dias por semana
- e. entre três e cinco dias por semana
- f. todos os dias

72. Em média, quando você se conecta, quanto tempo fica conectado:

- Não me conecto a Internet
- Menos de meia hora
- De meia a uma hora
- De uma a três horas
- De três horas a cinco horas
- Mais de cinco horas

73. Se você usa a Internet, você a utiliza para: (Marque mais de uma resposta se necessário).

- Me comunicar com as pessoas (*e-mail*, orkut, msn, etc.)
- Baixar músicas, jogos, filmes
- Fazer trabalhos da escola
- Navegar em sites de meu interesse

- () Fazer/escrever blogs
 () Jogar
 () Comprar coisas
 () Outra atividade. Qual? _____

74. Marque com um X no número que corresponde à sua opinião sobre as seguintes afirmações:

① Nunca

② Quase

nunca

③ Às

vezes

④ Quase

sempre

⑤ Sempr

e

a	Sinto que sou uma pessoa de valor como as outras pessoas	① ② ③ ④ ⑤
b	Eu sinto vergonha de ser do jeito que sou	① ② ③ ④ ⑤
c	Às vezes, eu penso que não presto para nada	① ② ③ ④ ⑤
d	Sou capaz de fazer tudo tão bem como as outras pessoas	① ② ③ ④ ⑤
e	Levando tudo em conta, eu me sinto um fracasso	① ② ③ ④ ⑤
f	Às vezes, eu me sinto inútil	① ② ③ ④ ⑤
g	Eu acho que tenho muitas boas qualidades	① ② ③ ④ ⑤
h	Eu tenho motivos para me orgulhar na vida	① ② ③ ④ ⑤
i	De modo geral, eu estou satisfeito(a) comigo mesmo(a)	① ② ③ ④ ⑤
j	Eu tenho uma atitude positiva com relação a mim mesmo (a)	① ② ③ ④ ⑤

75. Marque com um X no número que corresponde à sua opinião sobre as seguintes afirmações:

① Não é verdade a meu respeito

② É dificilmente verdade a meu

respeito

③ É moderadamente verdade a meu

respeito

④ É totalmente verdade a meu respeito

a	Se estou com problemas, geralmente encontro uma saída	① ② ③ ④ ⑤
b	Mesmo que alguém se oponha eu encontro maneiras e formas de alcançar o que quero	① ② ③ ④ ⑤
c	Tenho confiança para me sair bem em situações inesperadas	① ② ③ ④ ⑤
d	Eu posso resolver a maioria dos problemas, se fizer o esforço necessário	① ② ③ ④ ⑤
e	Quando eu enfrento um problema, geralmente consigo encontrar diversas soluções	① ② ③ ④ ⑤
f	Consigo sempre resolver os problemas difíceis quando me esforço bastante	① ② ③ ④ ⑤
g	Eu acho que sou capaz de fazer coisas tão bem quanto a maioria das pessoas	① ② ③ ④ ⑤
h	Tenho facilidade para persistir em minhas intenções e alcançar meus objetivos	① ② ③ ④ ⑤
i	Devido às minhas capacidades, sei como lidar com situações imprevistas	① ② ③ ④ ⑤
j	Eu me mantenho calmo mesmo enfrentando dificuldades porque confio na minha capacidade de resolver problemas	① ② ③ ④ ⑤
l	Eu geralmente consigo enfrentar qualquer adversidade.	① ② ③ ④ ⑤

76. Use a seguinte escala para indicar suas chances de:

- ① Muito Baixas
② Baixas
③ Cerca de 50%
④ Altas
⑤ Muito Altas

A	Concluir o ensino médio (segundo grau)	① ② ③ ④ ⑤
B	Entrar na Universidade	① ② ③ ④ ⑤
C	Ter um emprego que me garanta boa qualidade de vida	① ② ③ ④ ⑤
D	Ter minha casa própria	① ② ③ ④ ⑤
E	Ter um trabalho que me dará satisfação	① ② ③ ④ ⑤
F	Ter uma família	① ② ③ ④ ⑤
G	Ser saudável a maior parte do tempo	① ② ③ ④ ⑤
H	Ser respeitado na minha comunidade	① ② ③ ④ ⑤
I	Ter amigos que me darão apoio	① ② ③ ④ ⑤

77. Neste espaço você pode colocar o que achou deste questionário e/ou mencionar algo que considera importante e/ou que não foi perguntado:
